



EDITORIAL

Rosana Maria Badalotti*
Cristiane Tonezer*
Márcia Luiza Pit Dal Magro*

* Editoras da Revista Grifos

Esta edição da Revista Grifos, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), apresenta nove artigos divididos em três partes temáticas.

1 <<https://www.unochapeco.edu.br/mestradopolicas>>.

Em diálogo com as linhas de pesquisa do Programa¹ atualmente denominadas: 1. Políticas Públicas e Desenvolvimento e 2. Dinâmicas Regionais e Transformação Social, os estudos teóricos e empíricos apresentados reúnem investigações que abordam uma diversidade de dinâmicas produzidas por diferentes atores e formas de organizações nas transformações econômicas, socioambiental, culturais e subjetivas envolvendo processos de mobilização, participação social, controle social, redes de atores, política e meio ambiente, políticas públicas, agricultura familiar, sustentabilidade e questões de gênero e suas interfaces com questões urbanas e rurais.

O primeiro conjunto de artigos discorre sobre a cidade como produção social e a relação entre participação popular e plano diretor. Em *Os vazios urbanos e o Direito à Cidade: desafios da implementação do IPTU Progressivo em Campos dos Goytacazes*, Bianca Siqueira Gonçalves e José Luís Vianna da Cruz analisam a cidade como produção social, fruto da ação complexa e conflituosa de agentes sociais, que representam distintos interesses. Tendo como cenário a cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, apuram o papel e a importância do IPTU progressivo no acesso democrático ao solo urbano, conforme preconiza a legislação brasileira, enquanto instrumento de garantia do Direito à Cidade. A partir de indicadores de consistência da participação popular, Queila de Ramos Giacomini, Tainá Pravatto e Clarete Trzcinski no texto *A consistência da participação popular em âmbito municipal: revisão do Plano Diretor de Chapecó/2014* analisa a consistência da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Chapecó de 2014. Os dados deste estudo demonstram entraves na participação, pois alguns segmentos organizados participaram mais e defenderam seus interesses, ao passo que a sociedade civil não teve uma participação efetiva em todos os momentos do processo.

O segundo conjunto de artigos se dedica à análise do controle social em um observatório social no sul do Brasil, atores em redes e as disputas em torno do planejamento, gestão e execução de projetos e a influência do *lobby* no poder legislativo brasileiro. Em *Análise do controle social no Observatório Social de São José sob a ótica da gestão social*, Fernanda Matsukura Lindemeyer e Luís Moretto Neto investigam a relação do Observatório Social de São José com as organizações diretamente envolvidas no exercício do controle social na esfera do município de São José, sob a ótica dos critérios da cidadania deliberativa. Cristiano Desconsi, no texto *Planejamento, gestão e execução de projetos: uma arena de conflitos entre redes de atores* reflete sobre a importância

de compreender os conflitos que surgem em torno do planejamento, da gestão e da execução de projetos, dando ênfase à organização dos atores em redes nas disputas, aos conflitos socioambientais associados à implantação de “grandes projetos” que se expressam em espaços de participação instituídos para gerir algumas modalidades de projetos territoriais. Em *Política e meio ambiente: a influência do lobby nas decisões legislativas*, João Eduardo Branco de Melo, Adriano Fritzen, Sandra Beatriz Vicenci Fernandes, Dieter Rugard Siedenberg e Sérgio Luís Allebrandt analisam a influência do *lobby* no poder legislativo brasileiro, mais especificamente a pressão exercida sobre os presidentes da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na Câmara dos Deputados e na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal.

Por fim, o último conjunto de textos apresenta reflexões sobre políticas públicas e questão agrária, sindicalismo rural, sustentabilidade e agricultura familiar e condições de trabalho e dinâmicas familiares na pecuária familiar. Ana Cecília Guedes, Ademir Antônio Cazella e Adinor José Capellesso no texto *O arrendamento de terras no Brasil: subsídios para políticas públicas* demonstram que o recurso ao arrendamento vem ganhando expressão enquanto mecanismo de acesso a terra no país, fenômeno subestimado pela metodologia de coleta de dados censitários e pelos elaboradores de políticas públicas. Em comparação a caso francês, concluem sobre a importância que o arrendamento de terras pode assumir na política fundiária, apontando a carência de políticas públicas que normatizem e fortaleçam esse instrumento de acesso a terra no Brasil. Em *A constituição da Agricultura Familiar como categoria política: uma leitura a partir das lutas do sindicalismo rural do sul do Brasil*, Régis da Cunha Belem e Renata Menasche revisitam o debate sobre a constituição da categoria agricultura familiar no Brasil, buscando especialmente identificar a contribuição do sindicalismo rural do sul do Brasil para a constituição dessa categoria política e analítica. A diferenciação entre pequenos, médios e grandes produtores no acesso a políticas públicas, a partir de meados dos anos 1980, passou a configurar a jornada de lutas do sindicalismo rural de pequenos agricultores e o reconhecimento da demanda por políticas públicas diferenciadas levou à institucionalização de políticas públicas dirigidas a este público específico. Em *A sustentabilidade nos territórios do milho crioulo: olhares para Anchieta e Ibarama*, Antônio Valmor de Campos, Kelly Perlin Cassol e Carmen Rejane Flores Wizniewsky averiguaram se os agricultores em Ibarama/RS e Anchieta/SC que cultivam milho crioulo optam por um modelo de desenvolvimento que tenha preocupações efetivas com o equilíbrio social e ambiental. A partir de pesquisas realizadas em diferentes períodos, os resultados apontam que o modelo agrícola do policultivo, da agroecologia e da autonomia, utilizando as sementes crioulas, principalmente a de

milho, demonstraram que estas experiências são catalisadoras de práticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento sustentável, com menor impacto ambiental e melhor justiça social. Tatielle Belem Langbecker e Marta Júlia Marques Lopes em *Sentidos do combinar e compartilhar: desigualdades e situações de vulnerabilidade de mulheres na pecuária familiar* apresentam e discutem condições de trabalho e das dinâmicas familiares na pecuária familiar que consubstanciam situações de vulnerabilidade, privação de direitos e diferentes tipos de violência sofridos pelas mulheres investigadas. A discussão permitiu o entendimento de que alguns elementos estruturais do trabalho na pecuária e, certas dinâmicas familiares, são potenciais geradores de vulnerabilidades às mulheres confirmando a persistência de um sistema assimétrico e hierarquizado de relações de gênero. As análises apontam situações que sugerem a pertinência de novos olhares sobre as clássicas determinações masculinas da pecuária familiar, definidas pela autonomia econômica, qualificação profissional em áreas desconsideradas femininas, dentre outras.

Boa leitura a todos (as)!

As Editoras.